

ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL

06  
2022



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Beatriz Maciel Pontes

**Editora Adjunta:** Giovanna Lucio Monteiro

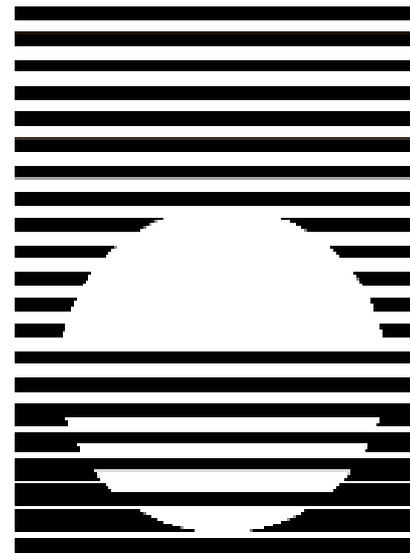
**Conselho Editorial:** Fernanda, Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

**Editória de Redação:** Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Murilo Gomes da Costa, Nathalia de Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Paulo Jacob Inguane, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



# SUMÁRIO

## **Página 04**

Setores conservadores avançam para impedir e criminalizar o aborto legal no Brasil

Alberto Fernández articula entrada da Argentina no BRICS durante Cúpula do G7

Decisão do governo uruguaio sobre clube de futebol repercute na política doméstica

## **Página 05**

Paraguai é advertido sobre investigação a respeito de voo por embaixada iraniana

Ex-presidente da Bolívia Jeanine Áñez é condenada a dez anos de prisão

## **Página 06**

Relatório da ONU sobre sistema judiciário da Bolívia gera intenso debate no país

Equador prioriza defesa e segurança pública em agenda internacional

## **Página 07**

Colômbia elege, pela primeira vez, um governo de esquerda Guatemala na lista dos países com graves violações de Direitos Humanos

## **Página 08**

Países excluídos da 9ª Cúpula das Américas organizam encontro alternativo na ALBA

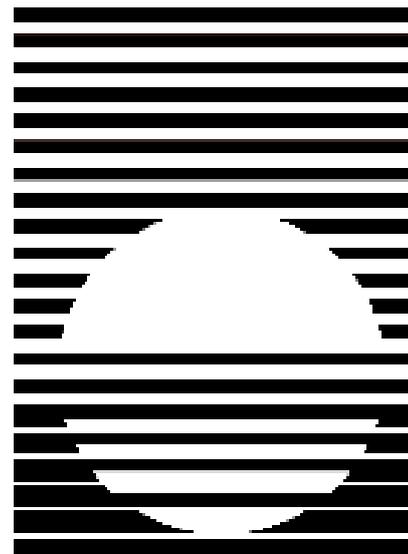
Nove países americanos, lançam iniciativa de proteção do Oceano Pacífico

Membros do BRICS abordam guerra na Ucrânia em sua XIV Cúpula

## **Página 09**

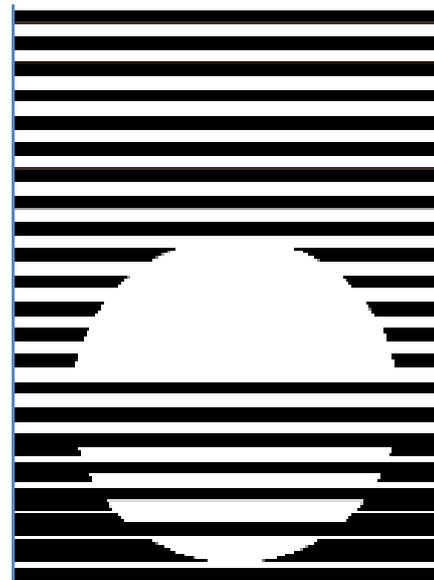
Comentários de políticos indianos sobre Maomé geram imbróglis diplomáticos na Ásia

Xi Jinping defende iniciativas globais na XIV Cúpula do BRICS



## Página 10

Refugiados e solicitantes de asilo são forçados a deixar países nos quais buscam ou receberam proteção  
Ascensão da agenda anti- LGBTQIA+ em Gana mobiliza ativistas e organizações durante o mês do Orgulho



## Setores conservadores avançam para impedir e criminalizar o aborto legal no Brasil

No dia 8 de junho de 2022, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde, liderada pelo médico Raphael Câmara, publicou uma cartilha com diretrizes de investigação criminal direcionadas a pessoas que recorrem ao aborto nos casos permitidos pela lei. O documento chamado “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento” é mais um movimento de Câmara contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com ênfase na proibição do aborto. Posições como a do Secretário contribuem para que estes casos não sejam amparados e tratados como questão de saúde pública. O caso vai de encontro a outro evento, também em junho, em Santa Catarina, quando a juíza Joana Ribeiro Zimmer tentou induzir uma menina de 11 anos a manter uma gestação resultante de violência sexual sofrida. No dia 28 de junho, pautado pela cartilha de Câmara, o Ministério da Saúde deu início a uma audiência pública para tratar sobre o aborto legal no Brasil. Longe de pautar um debate amplo sobre a questão envolvendo diversos setores da sociedade, o evento contou majoritariamente com a participação de figuras contrárias à interrupção voluntária da gravidez e aos direitos das mulheres como parte do movimento intitulado “pró-vida”. Integrantes de movimentos feministas e organizações não-governamentais pró-aborto e em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres, por outro lado, foram deixados de lado, como a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna). Entretanto, a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) discursou no evento e reforçou o repúdio à ação do Ministério, apontando a conivência do governo com as diferentes formas de violência contra a mulher e cobrando medidas efetivas contra a proposta apresentada. Nas últimas semanas, os jornais foram tomados por notícias de mulheres, figuras públicas ou anônimas, que tiveram seus direitos e corpos violados. O Brasil apresenta uma das taxas mais altas de aborto na América Latina, contudo, a legislação que regulamenta a interrupção da gravidez não avança há mais de uma década no país. Em contracorrente, na América Latina o direito a interromper a gravidez é garantido por lei em diversos países e regiões. Este é o caso da Argentina, Uruguai, Cuba, Guiana, Guiana Francesa e Colômbia. Nos últimos o aborto também é permitido em algumas regiões do México.

**Fontes:** [Revista Fórum](#), 08/06/2022; [Uol](#), 23/06/2022; [The Intercept](#), 28/06/2022, [Mídia Ninja](#), 30/06/2022.

## Alberto Fernández articula entrada da Argentina no BRICS durante Cúpula do G7

No dia 27 de junho de 2022, o presidente argentino, Alberto Fernández, participou da Cúpula do G7 como convidado especial, representando a América Latina e o Caribe. O convite foi feito pelo chanceler alemão, Olaf Scholz, que atualmente ocupa a presidência do grupo, após Fernández realizar uma turnê pelas principais economias europeias no início do ano. Durante a cúpula do G7, Fernández se reuniu com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi e, no encontro, os dois chefes de Estado dialogaram sobre a possibilidade da Índia apoiar a entrada da Argentina no BRICS. Os dois líderes também trataram do comércio internacional entre os dois países, que se espera chegue a recordes históricos em 2022. No dia 28 de junho, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, também se pronunciou, afirmando que a Argentina está a caminho de se converter em um membro dos BRICS, juntamente com o Irã. O presidente Alberto Fernández já havia expressado interesse em ingressar no grupo, possibilidade que conta também com o respaldo do Brasil e da China. O presidente argentino aproveitou o evento para reforçar sua posição contrária a invasão russa na Ucrânia, apelando para o uso de mecanismos de resolução pacífica de controvérsias e das organizações multilaterais, bem como ressaltou os impactos globais do conflito, como a restrição da oferta de grãos e o aumento no preço dos combustíveis, que têm resultado em uma inflação generalizada que ameaça a segurança alimentar planetária. O mandatário chamou a atenção para o fato de que os países mais pobres sofrem de forma desproporcional com este aumento generalizado dos preços, reivindicando a estruturação de uma nova arquitetura financeira internacional que inclua as periferias.

**Fontes:** [Página 12](#), 27/06/2022; [Página 12](#), 27/06/2022; [Uol](#), 27/06/2022; [Telam](#), 03/07/2022.

## Decisão do governo uruguaio sobre clube de futebol repercute na política doméstica

No dia 23 de junho de 2022, o governo uruguaio decidiu intervir na administração do clube de futebol Villa Española. Membros da antiga diretoria apresentaram uma denúncia ao Ministério da Educação e Cultura

sobre irregularidades que estariam sendo cometidas pela atual direção. Eles alegaram que as assembleias de sócios e as eleições não têm sido realizadas e que o clube estaria sendo usado para fins políticos. Além de o estádio do Villa Española possuir referências contra a ditadura militar uruguaia, o clube já fez campanhas em prol dos desaparecidos nesse período, e os jogadores já se manifestaram contrariamente à Lei de Urgente Consideração (LUC), implementada pelo governo de Luis Lacalle Pou. Após analisar a denúncia, o Ministério de Educação e Cultura resolveu afastar os diretores e nomear um interventor para administrar o clube temporariamente, regularizar o uso das mídias sociais e avaliar o processo eleitoral. A decisão gerou grande repercussão na política uruguaia. A prefeita de Montevidéu, Carolina Cosse, criticou a medida, em especial menção à regulação das redes sociais. Cosse reforçou que o governo ultrapassou os limites, e desejou que a intervenção seja breve para que a administração retorne aos sócios do clube. No Parlamento, senadores da Frente Ampla também se posicionaram contra a decisão do governo. Óscar Andrade afirmou que a intervenção é um despropósito, enquanto Alejandro Sánchez e Daniel Caggiani disseram que a justificativa para a medida é duvidosa e preocupante. O ministro da Educação e Cultura, Pablo da Silveira, afirmou que o ministério não pode atuar se não houver denúncia. O presidente Lacalle Pou defendeu sua administração e afirmou que existe um estatuto que precisa ser cumprido e que o governo não intervém em uma instituição sem motivo. Como foi feita uma denúncia pelos sócios e analisada pelo ministério, foi tomada a decisão de intervir no clube.

**Fontes:** [El País](#), 23/06/2022; [El País](#), 24/06/2022; [El País](#), 24/06/2022; [El Observador](#), 24/06/2022; [La Diaria](#), 24/06/2022; [El País](#), 25/06/2022.

## Paraguai é advertido sobre investigação a respeito de voo por embaixada iraniana

Em 23 de junho de 2022, a embaixada da República Islâmica do Irã em Montevidéu, Uruguai, emitiu uma advertência para a embaixada do Paraguai – também em Montevidéu – em relação a uma investigação aberta por este último país sobre o pouso realizado por um avião venezuelano-iraniano no aeroporto do Alto Paraná (PY), em 5 de maio. Após a Direção Nacional de Aeronáutica Civil (Dinac) do Paraguai

ter autorizado a aterrissagem do avião, naquele dia, o governo manteve a tripulação em um hotel por considerar a aeronave suspeita. Posteriormente, o avião seguiu para a Argentina, onde foi retido. Pouco mais de 40 dias depois do episódio, foi aberta uma investigação pelo ministério público paraguaio para averiguar o caso. O ministro das relações exteriores paraguaio, Julio César Arriola, respaldou as explicações dos ministros do interior e de inteligência paraguaios, Federico González e Esteban Aquino, que afirmaram que as investigações não são contra o Estado iraniano, mas sim contra uma empresa que está sancionada pelos Estados Unidos, bem como contra sete tripulantes iranianos, considerados terroristas por alguns países. O reclame iraniano expressou o mal-estar sentido pelo país e considerou as declarações do governo paraguaio vãs e infundadas, além de classificar o cunho das investigações como anti-iraniana, sionista e de viés estadunidense. Ademais, a embaixada iraniana declarou que espera que as autoridades e instituições paraguaias tomem as medidas corretas em relação ao caso, para continuidade das boas relações bilaterais Teerã e Assunção. Por meio de uma nota, o ministério das relações exteriores do Paraguai reforçou o caráter soberano do país, assinalou que não aceitará nenhuma diretiva de governos estrangeiros e afirmou que o Estado paraguaio trabalha em razão de proteger a segurança de seu território e seus habitantes. Além disso, o informe ressaltou que o país seguirá atuando no caso conforme os princípios e disposições constitucionais, considerando que este tema não deveria reverberar sobre as relações bilaterais amistosas.

**Fontes:** [MRE Paraguai](#), 22/06/2022; [ABC](#), 22/06/2022, [Ultima Hora](#), 26/04/2022; [ABC](#), 26/06/2022; [ABC](#), 27/06/2022; [Ultima Hora](#), 27/06/2022.

## Ex-presidente da Bolívia Jeanine Áñez é condenada a dez anos de prisão

No dia 10 de junho de 2022, Jeanine Áñez, ex-presidente da Bolívia, foi condenada a dez anos de prisão pelos crimes de violação de deveres e resoluções contrárias à Constituição Boliviana por sua autoproclamação à presidência, em novembro de 2019. Áñez, que estava presa preventivamente desde março de 2021, foi condenada pelo caso Golpe de Estado II. Ela ainda será julgada pelo caso Golpe de Estado I, respondendo pelos crimes de conspiração e

terrorismo. Anteriormente, Añez já havia sido julgada por atos anteriores à sua chegada no governo, mas o julgamento de suas ações enquanto presidente só pode ocorrer mediante aprovação de maioria qualificada no Congresso, o que o partido de Luis Arce, atual presidente, não possui. Além de Añez, outros ex-funcionários e militares da gestão também foram condenados. Luis Arce, atual presidente da Bolívia, segue tentando incluir no julgamento outros nomes importantes da política do país, como Luis Fernando Camacho e Carlos Mesa. Atores internacionais, como a União Europeia e o Reino Unido reagiram negativamente à prisão e condenaram a atitude. Diego García-Sayán, relator especial das Nações Unidas sobre a Independência dos Magistrados e Advogados que, anteriormente, havia criticado a falta de independência do judiciário boliviano, afirmou que vê com preocupação a interferência política no julgamento e que a Bolívia ainda tem tempo de corrigir os rumos do processo. O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, afirmou em mais de uma ocasião que considera injusta a prisão de Añez e destacou que o Brasil está pronto para oferecer asilo à política. No entanto, María Nela Prada, ministra da Presidência da Bolívia, criticou a declaração de Bolsonaro e afirmou que não aceita ingerência externa sobre a política da Bolívia. Alberto Fernandez, presidente da Argentina, declarou que Bolsonaro pediu ajuda para conseguir que a Bolívia concedesse asilo político a Añez, o que foi negado pelo argentino.

Fontes: [La Razón](#), 10/06/2022; [El País](#), 10/06/2022; [Brasil de Fato](#), 04/07/2022.

## Relatório da ONU sobre sistema judiciário da Bolívia gera intenso debate no país

No dia 19 de junho de 2022, o Relator Especial da ONU para a Independência de Juízes e Advogados, Diego García-Sayán, apresentou um relatório sobre a situação da justiça na Bolívia em sessão plenária da organização. No documento, García-Sayan destacou a falta de independência do sistema judiciário frente ao Executivo e o alto número de juízes provisórios submetidos à pressão política há vários anos, abordando o julgamento do caso Jeanine Añez, ex-presidente do país, atualmente presa, como exemplo para a crise judiciária boliviana. Tal fato gerou forte comoção entre os atores políticos do país. No dia 21 de junho, o ministro da Justiça, Iván Lima, apontou que as observações do relator da ONU po-

deriam ser mal interpretadas por setores da oposição e colocar em risco o trabalho realizado pelo governo de Luis Arce (MAS) na melhoria permanente da administração da justiça no país. Qualificou ainda o relatório de García-Sayán como impreciso. Poucas horas após a fala do ministro boliviano, o governador de Santa Cruz, Luís Fernando Camacho, do partido Creemos, se posicionou em prol do relator especial da ONU e da ex-presidente Jeanine Añez, a quem descreveu como “vítima de um julgamento político manipulado”. No dia 28 de junho, deputados do partido de Camacho complementaram essa posição ao convocar diversos organismos internacionais para se posicionarem a favor da nulidade do processo penal da ex-presidente. Nas cartas enviadas pelo Creemos, Añez e dois ex-militares, que também foram presos, estariam “ilegalmente privados de sua liberdade”. A carta foi enviada para a União Europeia, Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ao próprio relator especial para a Independência de Juízes e Advogados, Diego García-Sayán.

Fontes: [La Razón](#), 21/06/2022; [El Deber](#), 21/06/2022; [El Deber](#), 22/06/2022; [La Razón](#), 28/06/2022.

## Equador prioriza defesa e segurança pública em agenda internacional

Durante a 9ª Cúpula das Américas, realizada entre os dias 6 e 10 de junho de 2022, o presidente do Equador, Guillermo Lasso, defendeu a necessidade de cooperação estratégica em defesa e segurança pública. A reivindicação de maior engajamento da comunidade internacional em iniciativas dessa natureza para o enfrentamento de redes transnacionais de crime organizado ocorreu no contexto dos graves danos que o narcotráfico vem causando no Equador. Lasso buscou chamar atenção do governo estadunidense para o estabelecimento de um “Plano Equador”, nos mesmos moldes do Plano Colômbia, instituído no país vizinho, em 1999, para enfrentar o narcotráfico. O presidente manteve conversas bilaterais com Joe Biden e com o secretário estadunidense de Segurança Nacional, Alejandro Mayorkas. A demanda no âmbito regional coincidiu com uma oportunidade de maior liderança na agenda multilateral de segurança. No dia 9 de junho, o Equador foi eleito para assumir um assento rotativo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), juntamente com Japão, Suíça, Moçambique

e Malta. O país recebeu 190 dos 193 votos da Assembleia Geral das Nações Unidas e permanecerá no assento pelos próximos dois anos (2023-2024). É a quarta vez que o Equador assume uma cadeira no conselho, sendo a última vez no biênio 1991-1992. Declarações oficiais do embaixador equatoriano para as Nações Unidas, Cristian Espinosa, reforçam que o país pretende trazer atenção para redes de tráfico internacional de drogas e armas como problema de segurança global. Espinosa destaca que o CSNU é um importante espaço de atuação e que o tema do crime organizado transnacional precisa alcançar a atenção de seus países-membro.

**Fontes:** [Blomberg Línea](#), 06/06/2022; [EFE](#), 09/06/2022; [EFE](#), 10/06/2022; [El Universo](#), 11/06/2022; [El Comercio](#), 12/06/2022.

## Colômbia elege, pela primeira vez, um governo de esquerda

Em 19 de junho de 2022, nas eleições presidenciais, Gustavo Petro foi eleito presidente da Colômbia para o período 2022-2026. O triunfo é dado após uma corrida eleitoral disputada com um candidato não tradicional da política colombiana, o engenheiro Rodolfo Hernández, da coligação “Liga de Governadores Anticorrupção”. Hernández foi criticado no segundo turno por ter feito comentários machistas e por ser investigado por corrupção pelas autoridades colombianas. Petro, por seu turno, é conhecido na política colombiana por ter sido guerrilheiro do M19, deputado, prefeito de Bogotá e senador. Com a vitória de Petro, o país tem, pela primeira vez, um governo de esquerda. Também, é a primeira vez que o país tem uma vice-presidente negra, a líder ambiental e social Francia Márquez, que foi chave para o triunfo de Petro ao representar setores sociais excluídos. Com o menor índice de abstenção em vinte anos e com o recorde de votos da história colombiana, a chapa Petro-Márquez foi eleita com 50,44% dos votos, superando à de Hernández, que obteve 47,31%. No seu discurso de vitória, Petro disse que pretende construir um “grande acordo nacional” entre diferentes setores políticos. Inclusive, na última semana de junho, Petro se reuniu com Hernández, que ocupará o cargo de senador, e anunciou que não será parte da oposição. Também se encontrou com Uribe, líder da direita colombiana e cujo partido político, Centro Democrático, foi um dos mais críticos da candidatura de Petro, bem como deve liderar a oposição do governo no Congresso. No

entanto, com as alianças após seu triunfo, Petro tem garantido a maioria no Legislativo. O novo presidente assumirá em 7 de agosto e espera avançar em seu programa de governo, que se concentra em justiça ambiental, justiça social e consolidação da paz no país. As reformas prometidas mais ambiciosas têm a ver com a independência da economia da mineração e extração de hidrocarbonetos; com o sistema de saúde; com a previdência; e com um sistema tributário mais redistributivo.

**Fontes:** [El Espectador](#), 19/06/2022; [El Colombiano](#); 19/06/2022; [CNN](#), 29/06/2022; [El País](#), 01/07/2022.

## Guatemala na lista dos países com graves violações de Direitos Humanos

No dia 2 de junho de 2022, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou seu Relatório Anual de 2021, no qual acrescenta a Guatemala à sua lista de países com graves violações dos direitos humanos. O país agora integra a lista da CIDH junto com Cuba, Nicarágua e Venezuela, que já constavam no documento anterior. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos denuncia as “ações estatais que enfraquecem a independência judicial e questionam a luta contra a impunidade e a corrupção”, além do “enfraquecimento progressivo das instituições democráticas” da Guatemala. O relatório, afora a preocupação com a institucionalidade dos Direitos Humanos no país, destaca “a interferência sistemática contra a independência do sistema judiciário” e também evidencia as “irregularidades no processo de eleição de magistrados”. Apesar de a inclusão da Guatemala na lista da CIDH não ser considerada um fato novo, tendo o país surgido em documentos anteriores, no relatório referente ao ano de 2020 o nome deste Estado não aparecia na seção que alerta para situações e ameaças aos direitos humanos. No entanto, a reputação do país pela mídia internacional passa por uma forte mudança desde que se recusou a participar da Cúpula das Américas após a exclusão de Nicarágua, Venezuela e Cuba pelos Estados Unidos. O chanceler guatemalteco, Mario Búcaro, disse que o documento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos “não reflete a verdade”, que o país vive em um Estado de Direito, que preserva a democracia e destacou a posição do país no combate à impunidade e à corrupção.

**Fonte:** [La Hora](#), 02/06/2022; [Prensa Libre](#), 02/06/2022; [Uol](#), 02/06/2022; [Isto É](#), 02/06/2022; [CIDH](#), 02/06/2022; [TV Brasil](#), 07/06/2022; [G1](#), 07/06/2022.

## Países excluídos da 9ª Cúpula das Américas organizam encontro alternativo na ALBA

Entre os dias 6 e 10 de junho de 2022, a cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, sediou o 9º encontro da Cúpula das Américas. O evento, criado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), acontece desde 1994 e reúne os chefes de Estado do continente americano. O governo Biden pontuou que se tratava de uma oportunidade de reafirmar o compromisso dos Estados Unidos com a América Latina em novo cenário, diferente do seu antecessor Donald Trump, que se recusou a participar da Cúpula em edição anterior. Contudo, a 9ª Cúpula das Américas foi marcada por boicotes e exclusões. Como anfitriões do evento, os Estados Unidos definiram a lista de convidados, deixando Cuba, Venezuela e Nicarágua de fora, alegando o histórico de desrespeito aos direitos humanos e à democracia nestes países. Diante desse cenário, países como México, Bolívia, Guatemala e Honduras optaram pela não participação no evento, alegando desrespeito à construção coletiva. O Chile e a Argentina também teceram críticas à política de exclusão praticada. Como reação à exclusão, Cuba, Venezuela e Nicarágua lideraram, em 27 de maio, em Havana, uma reunião alternativa no âmbito da Aliança Bolivariana para os Povos da América (Alba).

**Fontes:** [Uol](#), 27/05/2022; [Correio Braziliense](#), 27/05/2022; [G1](#), 08/06/2022.

## Nove países americanos, lançam iniciativa de proteção do Oceano Pacífico

Em 9 de junho de 2022, durante um evento paralelo à Cúpula das Américas, em Los Angeles, Gabriel Boric, presidente do Chile, lançou uma iniciativa de cooperação regional chamada “Américas pela Proteção do Oceano”. Nos seus termos, trata-se de um esforço para criar áreas marinhas protegidas, no Oceano Pacífico, e estabelecer uma interconexão entre elas, com o objetivo de melhorar a conservação da biodiversidade e garantir a existência de sumidouros de gás carbônico, em sintonia com os objetivos do Acordo do Clima de Paris. A chancelaria do Chile acrescentou, em nota, que as zonas de proteção criadas seriam reconhecidas legalmente. Representantes de oito países assinaram a declaração de lançamento da estratégia: os presidentes do Peru, Pedro Castillo; do Equador, Guillermo Lasso; da Colômbia, Iván Duque; do Panamá, Laurentino Cortiz; e da Costa Rica, Rodrigo Chaves; o chanceler do México, Marcelo Ebrard; a chanceler do Canadá,

Mélanie Joly; e o encarregado de assuntos do clima dos Estados Unidos, John Kerry. Em relação aos Estados Unidos, convém destacar que a general Laura Richardson, do Comando Militar do Sul (SOUTHCOM), externou preocupação, em março passado, em audiência no Senado de seu país, com a prática de pesca ilegal feita por barcos da China na costa de Chile, Peru e Equador.

**Fontes:** [DW](#), 06/09/2022; [Politico](#), 06/09/2022; [France24](#), 10/06/2022.

## Membros do BRICS abordam guerra na Ucrânia em sua XIV Cúpula

Sob a presidência da China, foi realizada nos dias 23 e 24 de junho de 2022 a XIV Cúpula do BRICS, em formato de videoconferência. No encontro, que ocorreu em meio ao conflito militar russo-ucraniano, os líderes trataram sobre a guerra e recordaram as posições de seus países nos foros da Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente da China, Xi Jinping, defendeu o apoio mútuo entre os membros do bloco, a prática de um verdadeiro multilateralismo, a rejeição de hegemonismos, ameaças e tentativas de divisão. Ele criticou também a mentalidade de Guerra Fria e as tentativas de expansão de alianças militares para obtenção de segurança própria às custas da insegurança de outros países, bem como a instrumentalização de uma posição dominante no sistema financeiro global como arma para impor sanções e prejuízos a terceiros. O Brasil defendeu a solução pacífica e negociada do conflito, clamando pela busca de uma solução urgente para a crise humanitária e ressaltando a necessidade de respeito ao Direito Internacional e aos princípios da Carta da ONU. Em seu discurso público, porém, o presidente Jair Bolsonaro não mencionou o conflito, mas agradeceu a recepção que recebeu de Vladimir Putin em sua viagem à Rússia realizada em fevereiro de 2022, dias antes do início da invasão russa, e defendeu a reforma das organizações internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a ONU, em especial o seu Conselho de Segurança, para melhor representar os países emergentes. Representando a Rússia, o presidente Vladimir Putin criticou em seu discurso as políticas macroeconômicas dos países do ocidente, que seriam responsáveis pela crise inflacionária que afeta hoje todo o mundo, bem como defendeu a liderança dos BRICS na constituição de um sistema interestatal multipolar, baseado em normas universais do Direito Internacional e nos princípios chave da Carta da ONU. No encontro BRICS+, em que também estavam presentes líderes de outras economias emergentes, Putin foi ainda mais taxativo

em suas críticas, atacando às sanções e culpando o ocidente pela alta nos preços dos alimentos. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, pediu aos países do BRICS o fortalecimento da sua parceria com vistas à solução pacífica dos conflitos em todo o mundo e apontou que as sanções contra alguns países prejudicam a economia global. O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, defendeu a solução pacífica do conflito russo-ucraniano, mas se ateu ao seu impacto econômico no contexto de pandemia e convidou os demais membros do BRICS a cooperarem para auxiliar o mundo a recuperar sua economia no pós-pandemia de COVID-19.

**Fontes:** [CNN](#), 23/06/2022; [Época Negócios](#), 23/06/2022; [Gazeta do Povo](#), 23/06/2022; [Presidência da Rússia](#), 23/06/2022; [SABC News](#), 23/04/2022; [The Hindu](#), 23/06/2022; [Hindustan Times](#), 24/06/2022; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 24/06/2022; [Presidência da Rússia](#), 24/06/2022; [South China Morning Post](#), 24/06/2022.

## Comentários de políticos indianos sobre Maomé geram imbróglis diplomáticos na Ásia

Em 26 de maio de 2022, dois membros do partido indiano Bharatiya Janata (BJP), o mesmo do primeiro-ministro Narendra Modi, proferiram comentários sobre Maomé considerados ofensivos pelos muçulmanos que vivem na Índia e também em outros Estados. Na ocasião, o porta-voz do BJP Nupur Sharma teceu comentários sobre o Islã em um canal de TV e Naveen Jindal, por sua vez, fez uma publicação com o mesmo teor ofensivo na rede social Twitter. A repercussão das falas dos políticos ocorreu durante o mês de junho. Mesmo com as desculpas públicas de Sharma, o resultado da situação foi muito negativo tanto na Índia quanto em outras nações asiáticas, sobretudo nas muçulmanas, o que ocasionou em manifestações da sociedade civil e imbróglis diplomáticos. Entre 5 e 7 de junho, Irã, Qatar, Kuwait e Malásia convocaram embaixadores indianos demonstrando insatisfação com o comentário e os Emirados Árabes e a Arábia Saudita, dentre outros, emitiram notas de repúdio. Logo após as primeiras convocações dos embaixadores no dia 5 de junho, o partido BJP emitiu uma nota informando a expulsão de Jindal e a suspensão de Sharma, além de declarar que as opiniões de ambos não representam a opinião do partido. Em 6 de junho, a organização Al-Qaeda no subcontinente ameaçou realizar um ataque terrorista na Índia em memória ao profeta Maomé. Em 10 de junho, sexta-feira de orações dos muçulmanos, ocorreram

protestos em diversos locais da Índia como Delhi, que teve cerca de 300 manifestantes, além de Prayagraj, Hathras, Saharanpur, Moradabad e Firozabad, que fica no distrito de Uttar Pradesh, contando com quase 150 pessoas presas. Ademais, em Bengala Ocidental, houveram incêndios, bloqueios de ferrovias e interrupção da Internet, além de toque de recolher na Caxemira e a morte de duas pessoas em Ranchi de Jharkhand. No mesmo dia, Bangladesh também sediou manifestações públicas onde os presentes reivindicaram o fim das relações políticas e comerciais com a Índia caso os dois membros do partido de Modi não fossem punidos.

**Fontes:** [Economic Times](#), 06/06/2022; [Hindustan Times](#), 07/06/2022; [The Hindu](#), 08/06/2022; [Hindustan Times](#), 10/06/2022; [Hindustan Times](#), 11/06/2022; [The Telegraph](#), 11/06/2022.; [The Hindu](#), 16/06/2022.

## Xi Jinping defende iniciativas globais na XIV Cúpula do BRICS

Nos dias 23 e 24 de junho de 2022 ocorreu a XIV Cúpula do BRICS, sediada este ano na cidade de Pequim, mas realizada remotamente para assegurar a política de controle da COVID-19 do governo chinês. Sob a presidência pró-tempore de Xi Jinping, o evento serviu para reforçar a posição dos países membros em temas sensíveis, a resolução da Guerra na Ucrânia que não passe pela imposição de sanções econômicas contra a Rússia. Em seu discurso, o líder chinês aproveitou a ocasião para pedir atenção para propostas sensíveis de cooperação internacional, como a Iniciativa para a Segurança Global (ISG), que parte do princípio da humanidade enquanto uma comunidade de segurança indivisível, baseada em diálogo, ganhos compartilhados e parcerias que divirjam da lógica de jogos de soma zero. Xi defende que a COVID-19 e a Guerra na Ucrânia resultam em impactos danosos para as cadeias produtivas e de suprimentos e que o contínuo aumento do preço das commodities no mercado internacional impõe duras perdas aos sistemas financeiro e monetário internacionais. Para mitigar estes efeitos, Xi Jinping defende uma Iniciativa para o Desenvolvimento Global (IDG) que ajude a implementar a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, além de projetos relacionados à cooperação multilateral dos membros do BRICS. O presidente chinês ainda retomou a proposta da Cúpula de Xiamen, em 2017, de ampliar o grupo e assegurar a

participação de novos membros como forma de intensificar a capacidade dos BRICS em promover a união de países em desenvolvimento e de mercados emergentes. Outras iniciativas, como o recém-criado Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas dos BRICS, e projetos de desenvolvimento e inovação tecnológica também foram apresentados para apreciação dos demais membros do bloco.

**Fontes:** [SMCP](#), 17/06/2022; [Xinhua](#), 24/06/2022; [CGTN](#), 25/06/2022; [China Daily](#), 26/06/2022.

## Refugiados e solicitantes de asilo são forçados a deixar países nos quais buscam ou receberam proteção

Em junho de 2022, muitos países europeus e os EUA indicaram que passariam a restringir a renovação da permissão de residência para solicitantes de asilo e/ou refúgio oriundos de países como Ruanda e Síria. No dia 11 junho de 2022, a Alta Corte de Justiça do Reino Unido autorizou que os ruandeses que solicitam asilo fossem retornados aos seu país de origem. O Primeiro-Ministro britânico, Boris Johnson, celebrou a aprovação e espera que a medida desestime a travessia do Canal da Mancha, entre França e Inglaterra. Ativistas têm expressado preocupação com o bem-estar dos migrantes e refugiados deportados do continente europeu. No mesmo sentido, foi noticiado que o governo dinamarquês tem negado solicitações para renovação da residência dos refugiados sírios, principalmente idosos e mulheres jovens que estão se vendo forçados a deixar o país nórdico. Desde 2019, contrariando os relatórios das Nações Unidas e da União Europeia, a Dinamarca afirmou considerar que Damasco, capital síria, era uma região segura. Com base nesta suposta ideia de segurança, o governo dinamarquês também se nega a receber novos solicitantes de refúgio. Ao mesmo tempo, alguns refugiados sírios têm enfrentado dificuldades de permanecer na Turquia – país este que recebeu o maior número de sírios desde o começo da guerra civil no país do Oriente Médio. O governo turco está preparando uma operação que visa o envio forçado de cerca de um milhão de refugiados às cidades no norte da Síria. Tal medida faz parte de uma estratégia de controle demográfico, que tem como objetivo retirar a população curda da fronteira sul da Turquia. Além destes casos, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou seus planos de estabelecer um acordo com a Espanha para o envio de refugiados da América Latina que se encontram em solo estadunidense. Contudo, ainda não há detalhes sobre este acordo.

**Fontes:** [The Guardian](#), 27/05/2022; [El Diario](#), 29/05/2022; [El Diario](#), 02/06/2022; [BBC](#), 11/06/2022.

## Ascensão da agenda anti- LGBTQIA+ em Gana mobiliza ativistas e organizações durante o mês do Orgulho

Na primeira semana de junho de 2022, ativistas de direitos humanos em Gana protestaram na capital, Accra, após a destruição de outdoors promovendo a celebração do mês do Orgulho LGBTQIA+. Esta ação foi apoiada por membros conservadores do Parlamento como Samuel Nartey George, político e legislador ganense que liderou uma coalizão para pressionar a polícia a derrubar o outdoor. O país vem passando por uma onda de perseguição às pessoas LGBTQIA+ assim como organizações e defensores desta parcela da população, promovida amplamente por políticos, pelas forças militares e pelo próprio presidente Nana Akufo-Addo. Em 2021, Akufo-Addo, declarou que “o casamento entre pessoas do mesmo sexo nunca será legalizado no meu tempo como presidente”. Em 2021, um projeto de lei intitulado “Promoção de Direitos Sexuais Humanos Adequados e Valores Familiares de Gana” apoiado por grupos religiosos e por políticos, tanto de oposição quanto da situação, foi apresentado no Parlamento e tem como foco punir e proibir qualquer atividade considerada “anti-natural”. Desde advocacy feito em defesa das pessoas LGBTQIA+, o que inclui a defesa do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, violação de direitos das pessoas intersexo e criminalização das pessoas transgêneras. As punições variam entre multas e aprisionamentos. Em 08 de junho Mohammed-Mubarak Muntaka, membro do Parlamento, afirmou que a aprovação do projeto de lei estava sendo adiada intencionalmente e que ele, juntamente com outros membros de seu partido político, resistiu a qualquer outra proposta que fosse apresentada ao Parlamento até que o projeto de lei anti-direitos LGBTQIA+ fosse aprovado, mesmo que esses projetos de lei tenham por objetivo trazer desenvolvimento para suas respectivas comunidades. Ainda em junho, organizações de defesa dos direitos LGBTQIA+ deram início a um processo judicial direcionado ao Inspector-Geral da Polícia, bem como ao Procurador-Geral de Gana por prisão ilegal e detenção. A ação judicial busca reparação por discriminação contra membros e ativistas da comunidade LGBTQIA+ por parte de agentes do Estado. Em 2021, 21 ativistas foram presos ilegalmente pela polícia sob acusação de reunirem-se ilegalmente oficina em uma conferência de direitos humanos LGBTQIA+ na região de Ho. De acordo com a organização não governamental Human Rights Watch, no período de detenção dos ativistas, que durou mais de três semanas, diversos direitos foram violados como impossibilidade

de pagamento de fiança, tortura, humilhação, celas insalubres e acesso insuficiente a cuidados médicos

**Fontes:** [Africa News](#), 10/06/2022; [Washington Post](#), 10/06/2022; [Voa News](#), 17/06/2022; [Human Rights Watch](#), 22/06/2022; [Presidência da República de Gana](#), 28/02/2021; [Okay Africa](#), 27/06/2022.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, três grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

